



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA TSE N.º 16/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO PARA ESTABELECEM A PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DESTA COM O CENTRO INTEGRADO DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO E DEFESA DA DEMOCRACIA - CIEDDE, INSTITUÍDO PELA PORTARIA TSE Nº 180, DE 12 DE MARÇO DE 2024, NOS TERMOS DO ART. 2º, § 3º.

O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, inscrito no CNPJ sob nº 00.509.018/0001-13, com endereço no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília-DF, neste ato representado por seu **PRESIDENTE**, Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**, e a **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, inscrita no CNPJ sob nº 26.944.558/0001-23, sediada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Lotes 5/6, Edifício Sede I, 14º andar, CEP 70.070-030, Brasília/DF, doravante denominada **AGU**, neste ato representada pelo **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, Ministro **JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta no processo administrativo NUP 00405.028470/2024-61 (sistema SAPIENS), e em observância, no que couber, às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DA VIGÊNCIA

1.1 Este Acordo tem como objeto a participação da Advocacia-Geral da União para contribuir com o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia – CIEDDE, instituído pela Portaria TSE nº 180, de 12 de março de 2024, nos termos do art. 2º, § 3º, com o fim de auxiliar na atuação coordenada da Justiça Eleitoral junto aos Poderes, órgãos da República e instituições públicas e privadas na promoção da educação em cidadania, nos valores democráticos, nos direitos digitais e no combate à desinformação, discursos de ódio, discriminatórios e antidemocráticos, no âmbito eleitoral.

1.2 O Acordo possui vigência de dois anos, a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação, admitida a rescisão unilateral a qualquer tempo, mediante envio de notificação escrita entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, os meios disponíveis para a execução das iniciativas relacionadas ao CIEDDE, respeitados os procedimentos e normas internas próprias de cada órgão, bem como a independência funcional dos agentes públicos com atribuição para atuar nos casos concretos, assumindo os seguintes compromissos:

- a) Implementar cooperação no âmbito administrativo;
- b) Realizar o intercâmbio de informações e agilizar a comunicação entre órgãos, entidades e plataformas de redes sociais, visando otimizar a implementação de ações preventivas;
- c) Cooperar na defesa da integridade do Processo Eleitoral e da confiabilidade do sistema eletrônico de votação, inclusive mediante a emissão de notas, pareceres e declarações públicas, conforme critério de conveniência e oportunidade;
- d) Promover a cooperação entre a Justiça Eleitoral, órgãos públicos e entidades privadas, em especial as plataformas de redes sociais e serviços de mensageria privada, durante o período eleitoral, para garantir o cumprimento da Resolução TSE nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, com as alterações promovidas pela Resolução TSE nº 23.732, de 27 de fevereiro de 2024, inclusive auxiliando os Tribunais Regionais Eleitorais no aperfeiçoamento da regular utilização da inteligência artificial no âmbito eleitoral, o combate à desinformação e à *deepfake* e a proteção à liberdade de escolha dos eleitores e eleitoras;
- e) Cooperar na realização de cursos, seminários e estudos para a promoção de educação em cidadania, Democracia, Justiça Eleitoral, direitos digitais e combate à desinformação eleitoral;
- f) Cooperar na organização de campanhas publicitárias de educação contra a desinformação, discursos de ódio e antidemocráticos e em defesa da Democracia e da Justiça Eleitoral;
- g) Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- h) Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS RECURSOS FINANCEIROS

3. O presente Acordo é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferências de recursos entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA DA PUBLICAÇÃO

4. Os partícipes providenciarão a publicação deste Acordo, na forma de extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e promoverão a divulgação do presente ajuste nos seus respectivos Portais da Transparência ou sítios oficiais na internet.

CLÁUSULA QUINTA
DOS RECURSOS HUMANOS

5. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação, nem acarretarão quaisquer ônus a outra parte.

E, para certeza e validade do que foi pactuado, depois de lido e conferido, o presente Acordo de Cooperação Técnica é assinado pelas partes devidamente qualificadas no preâmbulo do presente instrumento.

Brasília-DF, 3 de abril de 2024.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Ministro **JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS**
Advogado-Geral da União

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE AÇÕES

Identificação dos partícipes (dados cadastrais):

- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, inscrito no CNPJ sob nº 00.509.018/0001-13, com endereço no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília-DF
- ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, inscrita no CNPJ sob nº 26.944.558/0001-23, sediada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Lotes 5/6, Edifício Sede I, 14º andar, CEP 70.070-030, Brasília/DF

Objeto a ser executado:

- Participação da Advocacia-Geral da União para contribuir com o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia – CIEDDE, instituído pela Portaria TSE nº 180, de 12 de março de 2024, nos termos do art. 2º, § 3º, com o fim de auxiliar na atuação coordenada da Justiça Eleitoral junto aos Poderes, órgãos da República e instituições públicas e privadas na promoção da educação em cidadania, nos valores democráticos, nos direitos digitais e no combate à desinformação, discursos de ódio, discriminatórios e antidemocráticos, no âmbito eleitoral.

Justificativa para a cooperação recíproca:

- Esforço mútuo de ambas as partes no combate à desinformação, discursos de ódio, discriminatórios e antidemocráticos, no âmbito eleitoral. A articulação dos poderes da República, bem como a cooperação e a troca de informações entre as instituições federativas, são cruciais para efetiva defesa da democracia e para um processo eleitoral mais transparente e sólido.

Previsão de início e fim da execução do objeto:

- Vigência de dois anos, a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação.

Ação	Data de entrega ou execução	Responsável
Assinatura do ACT	3/4/2024	Todos os Representantes dos participantes
Indicação dos Representantes de cada órgão participante	10/4/2024	Todos os Representantes dos participantes
Primeira reunião presencial de alinhamento, definição de objetivos e metas	23/4/2024	Todos os indicados pelos participantes
Segunda reunião presencial e deliberação conjunta do fluxo de comunicação a ser executado para o atendimento do Acordo	7/5/2024	Todos os indicados pelos participantes
Aprovação do fluxo de comunicação	20/5/2024	Todos Representantes dos participantes
Reuniões e Encontros mensais de alinhamento	Maior, junho, julho e agosto (data a definir)	Todos os indicados pelos participantes
Reuniões quinzenais de alinhamento final	Setembro (datas a definir)	Todos os indicados pelos participantes
Trabalho conjunto ininterrupto para atendimento específico das Eleições 2024	30/9/2024 a 7/10/2024 (1º turno), e 20/10/2024 a 28/10/2024 (2º turno)	Todos os indicados pelos participantes, devendo ser preparada e apresentada uma escala de rodízio das equipes